

# O ensino superior de Jornalismo na visão de estudantes concluintes: pesquisa em instituições de ensino de Curitiba, Paraná

TOMÁS EON BARREIROS<sup>1</sup>



## RESUMO

O presente trabalho apresenta pesquisa quantitativa feita com estudantes concluintes de três cursos de Jornalismo para analisar a visão deles em relação ao ensino de Jornalismo, especialmente no que diz respeito à relação entre a teoria e a prática e à linha pedagógica do curso. Os resultados apontam para a persistência do dilema teoria x prática e indicam a dificuldade dos estudantes em definir o *status* epistemológico do Jornalismo.

## PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Jornalismo. Dilema teoria x prática. Epistemologia do Jornalismo.

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), especialista em Língua Portuguesa pela mesma instituição, mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Coordenador e professor dos cursos de Jornalismo e Produção Editorial & Multimídia do Centro Universitário Uninter (Curitiba, Paraná) e professor dos cursos de Jornalismo da Opet (Curitiba-PR) e do Bom Jesus/Ielusc (Joinville, Santa Catarina). Presidente do Instituto Cultural de Jornalistas do Paraná (ICJP) e conselheiro do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). E-mail: [tomas.barreiros@uol.com.br](mailto:tomas.barreiros@uol.com.br).

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem por objetivo identificar a visão de estudantes de Jornalismo sobre o curso superior de Jornalismo, com base em pesquisa realizada em instituições de Curitiba, Paraná. Curitiba tem dez faculdades de Jornalismo. Foram selecionados três cursos como *corpus* de pesquisa. São os seguintes, com a justificativa da escolha: a) UFPR – única instituição pública a oferecer o curso; b) PUCPR – mais antigo curso de Jornalismo em funcionamento na cidade, única instituição confessional a ofertá-lo; c) Universidade Positivo – grande universidade privada, representante das instituições novas que cresceram com a explosão de ofertas de cursos superiores a partir do final do século passado.

A pesquisa de campo, de caráter quantitativo, possibilitou o levantamento de dados para análise e conclusão, conforme apresentado neste trabalho.

O ensino superior de Jornalismo tem sido objeto de muita discussão e polêmica no Brasil, notadamente nos últimos anos, marcados pela disputa judicial em torno da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Faltam, entretanto, pesquisas sobre o ensino de Jornalismo no Brasil. Em vista disso, este trabalho busca levantar dados sobre o ensino superior de Jornalismo a partir da visão dos estudantes. Escolheu-se delimitar o *corpus* de pesquisa em instituições de Curitiba, Paraná, pela grande quantidade de faculdades de Jornalismo na cidade em proporção a sua população.

Apesar da importância do Jornalismo na sociedade e da existência de um número muito grande de cursos superiores de Jornalismo no Brasil, faltam estudos específicos sobre o ensino superior de Jornalismo voltados à realidade brasileira. Em que pesem os debates recentes (e ainda em curso) sobre o estatuto epistemológico do Jornalismo e sobre a necessidade ou não de obrigatoriedade do diploma de nível superior para o exercício da profissão de jornalista, faltam subsídios que possam embasar uma discussão mais aprofundada sobre a importância e a necessidade da formação acadêmica nesse campo tão presente no dia a dia da sociedade e tão fundamental na dinâmica das relações sociais. Este artigo se propõe a trazer dados sobre o ensino do Jornalismo a partir da visão dos estudantes.

## **2 BREVE HISTÓRICO**

O primeiro curso de Jornalismo do mundo foi criado em 1908 pela Universidade do Missouri, nos Estados Unidos da América. O grande incentivador da criação de uma escola superior de Jornalismo foi Joseph Pulitzer (2009). Ele ofereceu-se para financiar o curso de Jornalismo e apresentou seu projeto a algumas universidades, uma delas a de Harvard, cujo reitor, Charles W. Eliot, sugeriu a inclusão no currículo de disciplinas voltadas à gestão das empresas jornalísticas. Pulitzer opôs-se à ideia, pois acreditava que o curso de Jornalismo devia estar alheio a qualquer consideração mercantilista. Escreveu ele: “A escola de Jornalismo deve ser, na minha concepção, não apenas não comercial, mas anticomercial.” (PULITZER, 2009, p. 26).

A Universidade do Missouri acabou por adotar o modelo de currículo de Eliot. Walter Williams foi o criador do curso naquela universidade, conforme relata o site da instituição. É interessante observar o que afirma o site da universidade sobre o princípio norteador do curso: “But perhaps Williams’ greatest achievement was his establishment of the school around an all-important principle: The best way to learn about journalism and advertising is to practice them.<sup>2</sup>” (A BRIEF, 2011).

O curso da Universidade de Missouri, na linha desse princípio, sempre procurou manter laboratórios para a prática jornalística, incluindo um jornal impresso semanal. Essa concepção do curso de Jornalismo como um curso eminentemente prático – numa linha distinta àquela proposta por Pulitzer – foi uma das correntes estabelecidas na concepção dos cursos de Jornalismo que se seguiram. Em 1912, a Universidade de Columbia fundaria um curso de Jornalismo mais conforme ao ideal de Pulitzer (e utilizando a doação deste).

Com o correr dos anos, as escolas de Jornalismo estadunidenses passaram a adotar um modelo mais pragmático, de formação prática, em concordância com o desenvolvimento do jornalismo naquele país. Esse modelo

---

<sup>2</sup> “Mas talvez a maior realização de Williams tenha sido a instituição da escola em torno de um princípio importantíssimo: O melhor modo de aprender sobre jornalismo e publicidade é praticando-os.”

## O ensino superior de Jornalismo na visão de estudantes concluintes: pesquisa em instituições de ensino de Curitiba, Paraná

passou a ser conhecido como o modelo norte-americano de ensino de Jornalismo.

Já as escolas europeias adotaram um modelo mais próximo daquele idealizado por Pulitzer, que “estabeleceu os cânones modernos da profissão” (PULITZER, 2009). Pulitzer propunha para o curso disciplinas como Direito, História, Sociologia, Economia, Ética, Literatura e Línguas Estrangeiras, entre outras, e descurava dos temas práticos. Tratando daquilo que “não se deve ensinar” numa faculdade de Jornalismo, afirma: “Não é para ensinar tipografia, não é para explicar os métodos de administração de empresas, não é para reproduzir, com pequenas modificações, o ensino de uma faculdade de comércio. Isso não é a função da universidade.” (PULITZER, 2009, p. 25). Curiosamente, ao tratar da questão mais prática do Jornalismo, afirma (PULITZER, 2009, p. 53):

não tenho tempo para tratar este assunto adequadamente, e devo confessar que a discussão editorial da política e das questões públicas sempre foi o que mais me interessou. [...] Deem-me um editor de notícias bem formado, que domine os fundamentos da precisão, tenha amor à verdade e vocação para o serviço público e não haverá problemas com a obtenção do noticiário.

82 |

Percebe-se com evidência a preferência de Pulitzer pela formação humanística do jornalista, sem maiores considerações sobre a necessidade da formação técnica.

### 2.1 Uma antiga polêmica pedagógica

Como se vê, o curso de Jornalismo, desde o início, debateu-se na mais antiga das polêmicas pedagógicas, que vem da Antiguidade, assim descrita por Mario Alighiero Manacorda: “Já no antigo Egito [...] pudemos verificar uma primeira constante na história da educação, uma daquelas constantes que sempre são repropostas, embora sob formas diferentes e peculiares: a separação entre instrução e trabalho [...]” (MANACORDA, 2006, p. 356). Em sua obra, o autor ressalta a permanência dessa polêmica ao longo dos séculos. Se ela ainda hoje continua presente em diversos cursos universitários, parece que no caso do Jornalismo ela se exaspera, traduzido no dilema *teoria x prática*, que sempre marcou a concepção dos cursos de Jornalismo.

A ideia originária, ancestral, que se observa, por exemplo, na Grécia antiga, era de que a educação para o *pensar* e o *falar* eram destinadas às classes dominantes (para as quais o *fazer* limitava-se à lide militar), enquanto ao povo (os dominados) cabia o aprendizado para o trabalho, tarefa então tida como menos nobre (MANACORDA, 2006, p. 41). Portanto, a ideia difusa de que a teoria é mais nobre e a prática algo menos dignificante tem raízes históricas profundas, baseada no conflito entre “duas tradições culturais, a dos aristocratas guerreiros e a do povo de produtores.” (MANACORDA, 2006, p. 356).

## **2.2 No Brasil**

O curso pioneiro no Brasil funcionou por pouco tempo, na Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 por iniciativa de Anísio Teixeira. Dirigido pelo jornalista Costa Rego, conforme relata José Marques de Melo (1974, p. 17), bebia da inspiração europeia, valorizando a formação humanística. O curso foi extinto por decreto do Estado Novo em 1939.

Excetuando-se a iniciativa abortada do curso pioneiro, o primeiro curso de Jornalismo do país foi criado a partir do desejo do jornalista Cásper Líbero, expresso em seu testamento. Proprietário do jornal *A Gazeta*, então um dos mais modernos do país, Casper Líbero defendia a necessidade de formação profissional do jornalista, nos moldes do que havia nos Estados Unidos e na Europa. Em seu testamento, ele determinou a criação de “uma escola de jornalismo e ensinamento de humanidades, particularmente português, prosa, estilo, literatura, eloqüência, história e filosofia, em cursos de grandes proporções, a começar pelo secundário e finalizar pelo superior.” (HIME, 2004). Logo se percebe a concepção humanista, de corte europeu, na idealização de Cásper Líbero, muito embora fosse ele proprietário de um grande jornal e visualizasse o curso como um instrumento de formação dos jornalistas que trabalhariam no seu veículo, prevendo que o curso teria “aulas práticas conduzidas nos jornais e rádio da Fundação recém-criada” (HIME, 2005) pelo jornalista. Cásper Líbero faleceu num acidente de avião, em agosto de 1943, e o curso de Jornalismo desejado por ele (a Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero)

## O ensino superior de Jornalismo na visão de estudantes concluintes: pesquisa em instituições de ensino de Curitiba, Paraná

só passou a funcionar efetivamente em 1947, vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (HIME, 2004).

Ressalte-se que a instituição legal do curso de Jornalismo na estrutura universitária brasileira deu-se apenas em 13 de maio de 1943, com a edição do Decreto 5.480 (MELO, 1974). A legislação exigia a integração do curso às Faculdades de Filosofia, o que, evidentemente, também indica um determinado direcionamento ao curso.

A concepção fundadora de Pulitzer teria, portanto, enorme influência no modelo de curso adotado no Brasil, que, confirma Maria Elisabete Antonioli (2006, p. 14), seguiu de início o modelo clássico-humanista adotado na Europa:

O parecer CFE nº 1.203/77, aprovado em 5 de maio de 1977, que teve como relator o conselheiro Benedito de Paula Bittencourt, apresentou a evolução do curso sob três fases: clássico-humanista, científico-técnica e crítico-reflexiva.

### **Clássico-humanista:**

- do início dos cursos até a segunda metade da década de sessenta;
- predominância da orientação europeia clássica;
- ensino, quase que exclusivo, do jornalismo gráfico;
- aspectos principais: literário, ético-jurídico e histórico;
- pouca ênfase para o treinamento técnico, haja vista que os estabelecimentos de ensino não dispunham de equipamentos e laboratórios.

### **Científico-técnica:**

- início na primeira metade de década de sessenta, consolidando-se em seu final;
- inspiração no modelo norte-americano de ensino da Comunicação Social;
- ênfase no tratamento técnico-científico do fenômeno da Comunicação;
- introdução na estrutura curricular de matérias de cunho psicológico, sociológico e antropológico da Comunicação Social e um número maior de disciplinas técnicas;
- recrutamento de professores no mercado de profissionais de Comunicação Social;
- aquisição e implantação de laboratórios e equipamentos;
- conotação pragmática dos cursos;
- conservação de uma orientação gutenberguiana, com excessivo peso às matérias destinadas ao preparo de profissionais para veículos impressos, embora o currículo implantado, em, 1969, tenha criado habilitações em Relações Públicas, Propaganda e Publicidade e Editoração.

### **Crítico-reflexiva**

- crescimento moderado do ensino da Comunicação, após um crescimento acelerado;
- falta de professores qualificados, desorganização administrativa, baixo nível de ensino e deficiências de equipamentos e laboratórios, consequência da expansão que o período anterior trouxe para o ensino de Comunicação;
- desenvolvimento do nível de reflexão teórica pelo corpo docente dos estabelecimentos de ensino;

- surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação em nível de mestrado.

O ensino de Jornalismo nos cursos superiores oscilou historicamente entre a ênfase nas disciplinas humanistas, considerando que o jornalista deve ter uma ampla formação nessa área para bem poder desempenhar o ofício, e a ênfase na prática, objetivando a formação de um profissional para o mercado, capaz de, pela formação específica, assumir encargos profissionais nos veículos de comunicação. Essa noção de uma formação eminentemente prática extrai suas razões de uma fundamentação tecnicista. É preciso formar mão de obra para o mercado, principal (senão único) fator determinante dos rumos das instituições de ensino superior, que – segundo essa visão – serão inúteis e não cumprirão sua missão específica se não formarem profissionais que possam ter colocação no mercado.

### **3 TEORIA E PRÁTICA NO ENSINO DE JORNALISMO**

Em que pese a orientação tecnicista, permaneceu o dilema da “ruptura da teoria com a prática.” (MEDITISCH, 2010). As escolas, influenciadas pela ideia cristalizada de que a teoria é mais importante que a prática, justificada ainda concretamente pela grande dificuldade de implantação de laboratórios que possibilitassem uma prática aos estudantes, continuou desprezando a prática profissional.

O próprio curso da Faculdade Cásper Líbero, idealizado com aulas práticas nos veículos da Fundação Gazeta, ao que parece, apenas no seu início teve ensino prático. Em 1956, os alunos do curso entregaram à Fundação um abaixo-assinado em que se queixavam da falta de prática. Trecho do texto é reproduzido por Melo (1974, p. 23-24):

As aulas que nos são ministradas, com raras exceções, além de se restringirem a um caráter eminentemente teórico, pecam pela deficiência. Jamais nos foi proporcionado um mínimo de aprendizado prático, indispensável para o exercício da profissão de Jornalista [...]. O art. 4º do decreto número 28.923, de 1º de dezembro de 1950, lei em vigor para os cursos de jornalismo, determina a obrigatoriedade de estágios em redação, oficinas, organizações jornalísticas e radiofônicas, para o desenvolvimento de conhecimentos práticos dos alunos. Tal obrigatoriedade legal não está sendo cumprida pela

## O ensino superior de Jornalismo na visão de estudantes concluintes: pesquisa em instituições de ensino de Curitiba, Paraná

Diretoria da Escola, uma vez que até o momento ao atual corpo discente não foi oferecido qualquer estágio.

Estudantes reclamavam, no IV Congresso Nacional de Estudantes de Jornalismo, realizado em Belo Horizonte, em 1966, que "O ensino do jornalismo, ainda sofre de muito teorismo, como vários cursos ministrados em nosso país." (apud MELO, 1974, p. 25).

Os cursos de Jornalismo têm sofrido dessa espécie de esquizofrenia: ora uma supervalorização da teoria, ora uma supervalorização da prática, muitas vezes numa relação de antagonismo (e não de complementaridade) entre teoria e prática.

As queixas quanto à exagerada ênfase humanística são encontradas facilmente na literatura específica, especialmente até a década de 1960. A edição de maio de 1968 dos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação* do Jornal do Brasil traz matéria sobre a reforma dos cursos de Jornalismo que logo no início comenta a insatisfação dos estudantes com os mesmos, evidenciada por uma pesquisa realizada pela Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero: "A insatisfação é geral e as principais queixas se baseiam no fato de que o currículo universitário dá uma ênfase exagerada à cultura humanística, em detrimento da aprendizagem técnica." (CURSOS, 1968, p. 52). A publicação indica que a reforma havia começado em 1966, com o aumento do currículo mínimo do curso pelo Ministério da Educação e Cultura, resultando numa ampliação da carga horária mínima de 2.025 para 2.700 horas, com inclusão de novas disciplinas, implicando, conseqüentemente, um aumento na duração do curso, que passou de três para quatro anos. Os *Cadernos* apresentam os novos currículos (com as respectivas cargas horárias por disciplinas) então propostos por três instituições: a Cásper Líbero, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apesar de apresentados como progresso, em resposta à pouca ênfase na prática, a análise dos três currículos 'novos' evidencia a reduzidíssima carga horária destinada às disciplinas eminentemente práticas.

Especialmente a partir da década de 1970, já sob a exigência do currículo mínimo para os cursos estabelecido pelo Ministério da Educação e Cultura em 1969 (ano em que foi regulamentada a profissão de jornalista, com a exigência

de diploma superior para seu exercício), várias faculdades buscaram equilíbrio entre teoria e prática, conforme constata Melo (1985, p. 70):

Durante muito tempo, os cursos de jornalismo permaneceram marginalizados da atividade profissional, porque se limitavam a formar jornalistas dotados de um acerto [*sic*] humanístico, mas desprovidos de qualquer habilidade para a reportagem a edição ou até mesmo a redação de textos. Essa deficiência foi corrigida, em parte, na década de 70, quando algumas escolas, como é o caso da ECA-USP, desenvolveram programas que buscavam equilibrar teoria e prática.

O autor ressaltava, entretanto, que “a prática como processo de aprendizagem foi muito prejudicada nos tempos dolorosos do regime autoritário pós-68” (MELO, 1985), por causa da falta de liberdade política e de verbas para as universidades.

O currículo mínimo do curso de Jornalismo de 1969 foi elaborado por Celso Kelly, técnico formado pelo Ciespal. Ao mesmo tempo em que padronizava os cursos, limitava-os dentro das amarras do currículo, que era concebido como um currículo comum aos cursos de Comunicação Social, com disciplinas específicas para as diferentes habilitações. As disciplinas de tronco comum, teóricas, levavam as faculdades a colocarem na mesma sala de aula durante metade do tempo de duração do curso alunos das diferentes habilitações, quando não alunos de outros cursos, nas disciplinas de humanidades.

A divisão do ensino em dois ciclos, um preponderantemente teórico e genérico, voltado indistintamente aos estudantes de todas as habilitações, vigorou em muitas instituições, por força do modelo adotado nas escolas de comunicação do país. Na década de 1980, quando se discutia, mais uma vez, outra mudança nos currículos mínimos, José Marques de Melo teceu fortes críticas ao modelo:

A divisão didática entre ciclo básico e ciclo profissionalizante é um anacronismo pedagógico. Sua aplicação tem sido responsável pelo esvaziamento dos cursos de comunicação. Ela se fundamenta no princípio da segmentação do saber e da aprendizagem sequenciada. Primeiro, acentua a oposição entre teoria e prática. Segundo, estabelece um encadeamento entre geral e particular. Trata-se de uma proposta que reproduz a velha estrutura dos cursos de comunicação existentes na Europa e que não tem validade para os dias de hoje [...]. (apud FARO, 1992, p. 71).

É fácil constatar, portanto, o quanto a discussão sobre a relação entre teoria e prática tem perpassado os debates sobre como deve ser o ensino de Jornalismo, desde o estabelecimento dos cursos no Brasil.

Em 1996, o Governo Federal sancionou a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que, entre outras disposições, extinguiu os currículos mínimos. Era assim concedida às instituições de ensino a liberdade de criarem seus próprios currículos para os cursos, desde que fossem seguidos alguns padrões relacionados principalmente ao perfil desejado para os egressos. A nova Lei, entretanto, não teve efeitos práticos imediatos, uma vez que demandava regulamentação de suas normas pela elaboração de novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Apenas em 2001 foram editadas as novas Diretrizes – a partir daí, as instituições de ensino superior tiveram efetivamente a possibilidade de criação de currículos diferenciados e puderam buscar a solução para os problemas até então enfrentados.

88 |

## **4 O STATUS EPISTEMOLÓGICO DO JORNALISMO**

É inegável a importância do jornalismo no mundo contemporâneo. Grande parte da visão de mundo do homem comum, hoje, é construída a partir das informações que recebidas através dos meios de comunicação de massa (MCM). Um indicativo da força dos MCM é o fato de o noticiário por eles difundido agendar as preocupações, pensamentos e conversas daqueles que têm acesso aos veículos de comunicação, conforme defende a *teoria do agendamento*, reiteradamente confirmada em diferentes estudos (cf. PENA, 2005).

A importância do jornalismo é tal que, mais ainda do que modelar o conhecimento das pessoas, o jornalismo – conforme a perspectiva de teóricos do construcionismo – tem função importantíssima na construção da realidade social. Muitos estudos poderiam ser citados para demonstrar a importância do jornalismo hoje, o que, entretanto, alongaria desnecessariamente este artigo. O fato é que falar do papel fundamental do jornalismo no mundo contemporâneo chega a ser uma obviedade.

Entretanto, apesar dessa importância, o ensino do jornalismo padece da dificuldade de sua definição epistemológica. A colocação do jornalismo como uma habilitação da Comunicação Social, alinhada com a concepção da Ciespal que marcou o ensino da profissão no Brasil, criou dilemas que afetaram os cursos superiores de Jornalismo e geraram intermináveis discussões.

Um exemplo disso foi a luta pela manutenção do Jornalismo como subárea da Comunicação na Tabela das Áreas de Conhecimento (TAC)<sup>3</sup> da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação. Proposta de mudança na TAC, feita em 2005 por uma Comissão Mista constituída por representantes da Capes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), tirava o Jornalismo da classificação como subárea, colocando-o como mera especialidade. Tal proposta causou inúmeras manifestações de entidades ligadas à pesquisa em Comunicação e Jornalismo.

Entidades como a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) manifestaram-se, reivindicando a adoção de uma classificação apresentada pela Associação Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), que havia sido construída consensualmente em reunião realizada em maio daquele ano na Universidade de São Paulo (USP) com a participação de representantes de diversas entidades da área de Comunicação.

A discussão tem obviamente efeitos outros que a simples definição do *status* do Jornalismo, visto que a classificação das áreas de conhecimento tem influência na distribuição de apoio financeiro para os pesquisadores, além de dar força política aos pesquisadores e entidades das subáreas na indicação de representantes para os órgãos públicos. De qualquer modo, definir a situação do Jornalismo tem influência sobre o modo como o Jornalismo é visto no meio acadêmico, o que se reflete no prestígio do curso e mesmo na sua inserção no

---

<sup>3</sup> "A classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações. A classificação permite, primordialmente, sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente aquelas concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos". Definição apresentada no *site* da Capes, disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso em: 18 dez. 2010.

## O ensino superior de Jornalismo na visão de estudantes concluintes: pesquisa em instituições de ensino de Curitiba, Paraná

mundo da academia, tendo peso, por exemplo, na visão que os organismos oficiais como a Capes e o CNPq têm do curso.

Por trás da discussão do jornalismo como área do conhecimento, está a concepção do *status* epistemológico do Jornalismo, o que tem influência sobre a visão que têm do Jornalismo os profissionais e pesquisadores da área. Mesmo entre os próprios jornalistas, tanto os do mercado quanto os acadêmicos, há divergência de opiniões quanto à definição do *status* do jornalismo. Essa visão que os profissionais envolvidos no ensino de Jornalismo fazem do seu campo de atuação têm influência na concepção dos cursos de Jornalismo. Afinal, o que deve ser ensinado ao estudante, e a partir de que visão da área? Um ofício prático que atenda às necessidades do mercado? Um modo de conhecer (e dar a conhecer) o mundo?

## 5 A POLÊMICA DA OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA

90 |

Tema de suma importância para o ensino de Jornalismo é a regulamentação da profissão de jornalista e a consequente definição da obrigatoriedade ou não do diploma de nível superior para o exercício profissional do Jornalismo.

Na primeira metade do século 20, a profissão era legalmente reconhecida “graças a um decreto lei da ditadura Vargas, da década de 40.” (FENAJ, 2008, p. 149). A regulamentação só viria depois de muita luta da parte dos jornalistas, que incluiu a tentativa de aprovação de um Projeto de Lei em 1951, frustrada pela pressão de proprietários de grandes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo (FENAJ, 2008, p. 150). A profissão foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. O Decreto estabelecia, no seu artigo 4º:

Art 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que se fará mediante a apresentação de:

[...]

V - diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por este credenciada, para as funções relacionadas de “a” a “g” no artigo 6º.

Ressalte-se que, ao longo das décadas, houve uma constante oposição à obrigatoriedade do diploma por parte de grandes veículos de comunicação. Alberto Dines (2009, p. 165) lembra que a campanha pela extinção da obrigatoriedade do diploma foi “capitaneada pela *Folha* [de S. Paulo] mas apoiada silenciosamente pela grande maioria dos nossos veículos.”

Tal oposição conseguiu seu intento: a obrigatoriedade do diploma para o registro profissional foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em decisão de 17 de junho de 2009, referente ao Recurso Extraordinário 511.961. O recurso fora interposto pelo Ministério Público Federal, tendo como assistente simples o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Sertesp). Em outubro de 2001, a juíza substituta da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, Carla Abrantkoski Rister, extinguiu liminarmente, por meio de uma tutela antecipada, a obrigatoriedade da formação superior para o exercício da profissão de jornalista. A decisão final do caso, favorável à extinção, coube ao STF, quase oito anos depois.

Independentemente dos argumentos favoráveis e contrários à obrigatoriedade do diploma, o fato é que o fim de sua exigência para o exercício profissional afeta o prestígio dos cursos. Nos primeiros concursos vestibulares após a queda da obrigatoriedade houve queda na procura pelos cursos de Jornalismo<sup>4</sup>.

Em vista da importância da questão na definição do papel dos cursos de Jornalismo, este trabalho levantou também as opiniões dos estudantes quanto ao tema da obrigatoriedade. Os resultados são apresentados adiante.

---

<sup>4</sup> Vejam-se, por exemplo, algumas notícias a respeito: *Sem diploma obrigatório, cai a procura por cursos de jornalismo* ([http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_noticia=118208&id\\_secao=6](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=118208&id_secao=6)); *Procura por cursos de jornalismo cai em faculdades* (<http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/procura-por-curso-de-jornalismo-cai-em-faculdades-20091023.html>); *Cai procura por cursos de Jornalismo nas faculdades de São Paulo* (<http://blog.opovo.com.br/pliniobortolotti/cai-procura-por-cursos-de-jornalismo-nas-faculdades-de-sao-paulo/>); *Cai a procura por cursos de jornalismo nas universidades federais* (<http://manualdosfocas.com/2009/12/03/cai-a-procura-por-cursos-de-jornalismo-nas-universidades-federais/>).

## 6 PESQUISA DE CAMPO

Foi aplicado um questionário com questões fechadas a um grupo de alunos concluintes dos cursos, ou seja, estudantes cursando o último ano do curso. As respostas possibilitaram uma análise quantitativa das respostas, e o grupo constituiu amostra bastante abrangente do universo pesquisado. Foram respondidos 132 questionários. As perguntas submetidas aos alunos, com as porcentagens de cada resposta, são apresentadas e comentadas a seguir. Ressalte-se que não foi objetivo da pesquisa fazer um estudo comparativo entre as instituições, entretanto, junto dos resultados gerais, são apresentados os resultados por instituição (sem identificação destas), pois os dados são úteis para a análise dos resultados.

1) Qual das classificações abaixo você acha que define melhor a linha pedagógica do seu curso de Jornalismo?

	<b>Científico-técnica</b>	<b>Clássico-humanista</b>	<b>Crítico-reflexiva</b>	<b>Não tenho condições de definir</b>	<b>Outra</b>
<b>Nº (132)</b>	42	39	37	13	1
<b>%</b>	31,8%	29,5%	28%	9,8%	0,8%
<b>Inst. 1</b>	29,4%	17,6%	47,1%	5,9%	0%
<b>Inst. 2</b>	53,3%	15,6%	20%	8,9%	2,2%
<b>Inst. 3</b>	18,6%	41,4%	28,6%	11,4%	0%

Há uma divisão equilibrada entre as três linhas pedagógicas, inclusive com a preponderância de uma linha diferente em cada instituição. Os dados pedem análise mais aprofundada, incluindo análise dos projetos pedagógicos e grades curriculares dos cursos. A partir daí poder-se-á inferir se a percepção dos alunos se relaciona com a proposta efetiva de cada curso.

2) Como se dá a relação teoria-prática no curso?

	<b>É equilibrada, desde o começo do curso</b>	<b>Há maior ênfase na teoria no início do curso e na prática no final</b>	<b>Há maior ênfase na teoria durante todo o curso</b>	<b>Há maior ênfase na prática durante todo o curso</b>	<b>Há maior ênfase na prática no início do curso e na teoria no final</b>
<b>Nº</b>	40	28	25	23	16
<b>%</b>	30%	21,2%	18,9%	17,4%	12,1%
<b>Inst. 1</b>	23,5%	29,4%	29,4%	17,7%	0%

<b>Inst. 2</b>	35,6%	28,9%	8,9%	24,4%	2,2%
<b>Inst. 3</b>	28,6%	14,3%	22,9%	12,9%	21,4%

As respostas indicam que o dilema *teoria x prática* continua presente. Menos de um terço dos alunos considerou a grade do curso equilibrada.

3) O Jornalismo pode ser considerado uma ciência?

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não sei</b>	<b>Não respondeu</b>
<b>Nº (132)</b>	83	34	14	1
<b>%</b>	62,9%	25,8%	10,6%	0,8%
<b>Inst. 1</b>	23,5%	52,9%	23,5%	0%
<b>Inst. 2</b>	68,9%	13,3%	15,6%	2,2%
<b>Inst. 3</b>	68,6%	27,1%	4,3%	0%

Maioria considerável dos respondentes considera o Jornalismo uma ciência, embora em uma instituição mais da metade dos alunos acreditem que não. As respostas confirmam a dificuldade da definição.

4) Em relação às expectativas que você tinha quando entrou no curso, assinale a alternativa que melhor defina o que você pensa hoje.

	<b>O curso deveria ter mais prática</b>	<b>O curso deveria ter mais teoria e mais prática</b>	<b>O curso deveria ter mais teoria</b>	<b>Estou plenamente satisfeito</b>	<b>O curso deveria ter só prática</b>	<b>O curso deveria ter só teoria</b>	<b>Não respondeu/outra resposta</b>
<b>Nº (132)</b>	45	36	26	18	3	0	4
<b>%</b>	34,1%	27,3%	19,7%	13,6%	2,3%	0%	3%
<b>Inst. 1</b>	35,3%	29,4%	11,8%	5,9%	0%	0%	17,6%
<b>Inst. 2</b>	24,4%	13,3%	40%	20%	2,2%	0%	0%
<b>Inst. 3</b>	40%	35,7%	8,6%	11,4%	2,9%	0%	1,4%

Esta pergunta complementa e aprofunda a questão 2, confirmando novamente a persistência do dilema *teoria x prática*. Pouco mais de um terço dos estudantes gostaria que seu curso tivesse mais prática. Curioso notar que apenas 13,6% afirmam estar plenamente satisfeitos, embora 30% tenham considerado equilibrada a relação entre teoria e prática, o que parece indicar que muitos estudantes não gostam desse equilíbrio e preferem uma ênfase mais prática ao curso.

## O ensino superior de Jornalismo na visão de estudantes concluintes: pesquisa em instituições de ensino de Curitiba, Paraná

5) Você é a favor da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício profissional?

	Sim	Não	Não tenho opinião formada
Nº (132)	116	14	2
%	87,9%	10,6%	1,5%
Inst. 1	76,5%	17,6%	5,9%
Inst. 2	91,1%	6,7%	2,2%
Inst. 3	88,6%	11,4%	0%

As respostas a estas questões foram as de maior concordância entre os respondentes, inclusive as únicas em que a resposta mais indicada foi a mesma em todas as instituições. Tratando-se de estudantes que em breve terão o diploma, o resultado é previsível.

## 7 CONCLUSÕES

94 |

A pesquisa confirma a persistência, na ótica dos estudantes, do dilema na relação entre teoria e prática no curso de Jornalismo, tema a ser aprofundado para a análise de qual seria a melhor formação para um curso de Jornalismo conforme o perfil do aluno que se pretende formar. É curioso perceber que numa das instituições os alunos gostariam de ter mais teoria – o que mostra que o excesso de prática pode ser mal visto pelo acadêmico.

A dificuldade de definição do *status* epistemológico do Jornalismo, objeto de discussão e divergências entre os estudiosos da área, também transparece nas respostas obtidas, embora prevaleça entre os alunos a ideia de que o Jornalismo é uma ciência.

A marcante diferença entre qual o aluno considera ser a linha pedagógica do seu curso demanda, conforme dito, análise das grades curriculares e dos projetos pedagógicos dos cursos para apurar-se se há uma relação direta entre uma proposta definida do curso e a visão que os alunos têm de sua linha pedagógica.

Tal pesquisa, embora incipiente, indica caminhos para análises futuras mais aprofundadas, que abranjam também docentes dos cursos, inclusive os coordenadores. É o que o autor deste trabalho pretende fazer a partir desses

primeiros resultados. De qualquer modo, acredita ser útil a consideração desses dados para uma melhor compreensão dos cursos de Jornalismo com base na visão daqueles que são formados por eles. 

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BRIEF History of the Missouri School of Journalism. Disponível em: <<http://journalism.missouri.edu/about/history.html>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

ANTONIOLI, Maria Elisabete. **Ensino de Jornalismo e Legislação Educacional**. São Paulo: L'Editora, 2006.

CURSOS de Jornalismo começam a se reformar. In: **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Edições Jornal do Brasil, nº 10, mai./1968. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1968, p. 52.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. 9. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Summus, 2009.

FARO, José Salvador. **A universidade fora de si: a Intercom e a organização dos estudos de comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, 1992.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Org.). **Formação superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Fenaj, 2008.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **Construindo a profissão de jornalista: Cásper Líbero e a criação da primeira escola de Jornalismo do Brasil**. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa 02 – Jornalismo do Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom (2005).

\_\_\_\_\_. Na fundação da primeira escola de Jornalismo do Brasil, Cásper Líbero gera o conceito de jornalismo moderno. **Revista PJ:BR**, São Paulo, n. 3, jan./jun. 2004.

MANACORDA, Mario Aliguiero. **História da Educação – da Antiguidade aos nossos dias**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MEDITSCH, Eduardo. **Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.html>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

MELO, José Marques de. **Contribuições para uma pedagogia da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1974.

\_\_\_\_\_. O ensino de jornalismo na batalha decisiva pela qualidade. **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, ano 8, n. 52, jan./jun. 1985.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PULITZER, Joseph. **A escola de Jornalismo – A opinião pública**. Florianópolis: Insular, 2009.